

## **A Agenda 21 e as Adaptações Metodológicas Para Desenvolvimento e Aplicação em Diferentes Realidades na Amazônia Brasileira: O Caso da Vila dos Palmares, Tailândia, PA<sup>1</sup>.**

*Luis Ricardo Ravagnani<sup>2</sup>, Thiara Fernandes<sup>3</sup>,  
Maria José Barney Gonzalez<sup>4</sup>, João Meirelles Filho<sup>5</sup>.*

### **Resumo**

Este artigo apresenta os métodos e resultados da Agenda 21 Local na Vila dos Palmares, município de Tailândia, Pará, Brasil, trabalho realizado como parte do Programa Dendê, resultado da parceria entre a empresa Agropalma e o Instituto Peabiru. A Agenda 21 foi utilizada como ferramenta para identificar necessidades e criar um plano de mobilização da sociedade civil da Vila dos Palmares, propondo assim um caminho de negociação dos direitos básicos da população local. A vila já existia mesmo antes da instalação da Empresa Agropalma, porém com o início das atividades empresariais ocorreu um inchaço populacional. Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizado levantamento bibliográfico sobre a Agenda 21 e seu processo desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92. Documentos e relatórios produzidos pelo Instituto Peabiru também foram visitados. O trabalho de campo foi realizado com o objetivo de conhecer a Vila dos Palmares e sua realidade, e para realização de entrevistas com pessoas envolvidas com as atividades. O objetivo principal é apresentar o processo de aplicação da Agenda 21 em uma localidade amazônica, e realizar uma avaliação dos métodos utilizados neste caso em comparação aos propostos pelo documento apresentado na ECO 92. Ao final,

---

<sup>1</sup> O projeto foi desenvolvido no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, e esta pesquisa foi feita nos meses de julho a setembro de 2013.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação de Antropologia e Sociologia (UFPA), Cientista Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>3</sup> Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (NEAF - UFPA), Engenheira Agrônoma (UFRA).

<sup>4</sup> Mestre em Comunicação Social e Desenvolvimento Rural. Especialista em responsabilidade social, gênero, meios de vida sustentáveis (MVS), empreendedorismo, acesso a mercados, design, implementação e avaliação de programas de investimento social.

<sup>5</sup> Administrador de Empresas (FGV-SP), diretor geral do Instituto Peabiru.

esperamos propor adaptações que visem à continuação da Agenda 21 Local diante dos resultados alcançados.

**Palavras Chave:** Agenda 21, Dendê, Vila dos Palmares, Amazônia.

## **Introdução**

Este documento foi pensado, a princípio, como um estudo de caso sobre a aplicação da Agenda 21 Local na Vila dos Palmares, Município de Tailândia, Estado do Pará, Brasil. Contudo, no decorrer do trabalho de revisão bibliográfica, pesquisa de campo, entrevistas e conversas informais, surgiu a possibilidade, e também o desejo, de além de ter por escrito um estudo sobre o processo, poder realizar uma avaliação sobre o mesmo. Esta avaliação possibilitaria demarcar situações, atividades, metodologias que pudessem ser revisitadas, na expectativa de se compreender as principais dificuldades e demandas que são apresentadas, pelo processo da Agenda 21 na Vila dos Palmares.

A Agenda 21 Local na Vila dos Palmares tem um planejamento previsto até o primeiro semestre de 2014. Esse fato é importante, pois significa que os resultados desta pesquisa pode ser levado à aplicação empírica, caso seja viável e desejado, pelos atores envolvidos neste processo.

A Vila dos Palmares está localizada no km 69 da rodovia PA-150. Esta comunidade se desenvolveu nas proximidades da empresa Agropalma como consequência da forte demanda por mão de obra causada pelos plantios de dendê, a partir do início da década de 80, período de instalação da empresa naquele lugar. Atualmente, a maior parte de sua população está direta ou indiretamente relacionada com a presença da empresa na região<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Relatório do Instituto Peabiru – Diagnóstico e elaboração dos projetos socioambientais para a Agropalma visando a implementação de um Programa de Responsabilidade Social. 2008.

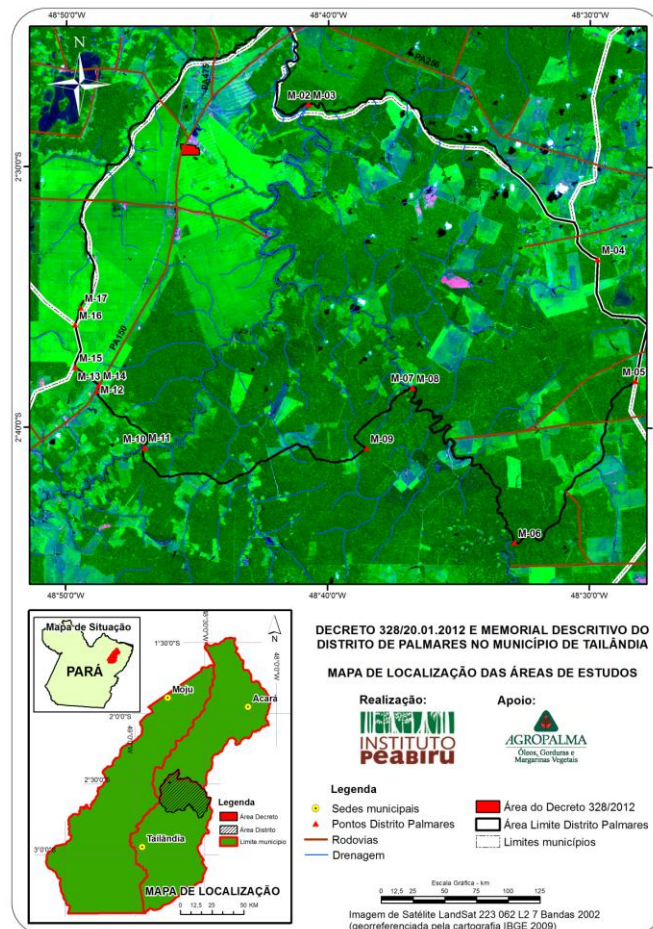


Figura 1: Mapa de localização do Distrito de Palmares – Tailândia PA.

Com crescimento rápido e sem planejamento, nos moldes de “vila temporária” as estruturas urbanas não acompanharam o crescimento populacional<sup>7</sup>.

Suas dificuldades de infra-estrutura estão diretamente relacionadas ao fato de que esta é uma região carente de atenção pelos governos municipal e estadual, com falta de políticas públicas locais para seu desenvolvimento. Apesar das dificuldades apresentadas, a Vila dos Palmares é considerada uma comunidade central e a sua

<sup>7</sup> Relatório do Instituto Peabiru – Diagnóstico e elaboração dos projetos socioambientais para a Agropalma visando a implementação de um Programa de Responsabilidade Social. 2008.

estrutura comercial e de serviços oferece assistência a aproximadamente 10 comunidades menores do seu entorno<sup>8</sup>.

É possível observar que a presença da empresa Agropalma é vista de uma forma bastante positiva pela população da região. Existe uma concepção de que emprego fixo oferecido é sinônimo de crédito e segurança financeira<sup>9</sup>.

No entanto, o acesso dos moradores a seus direitos civis ainda não é uma realidade local, portanto o Projeto Agenda 21, que tem apoio da empresa Agropalma, foi desenvolvido na perspectiva de empoderar a população a fim de promover o desenvolvimento local de fato de forma participativa.

Teoricamente, este documento foi orientado por uma obra específica, publicada pela Fundação Konrad Adenauer<sup>10</sup>, intitulada “Agenda 21 local: orientações metodológicas para construção e avaliação”. O livro descreve as etapas e as propostas de atividades para a implementação da Agenda 21 Local.

A publicação apresenta também as diretrizes que foram propostas nos documentos sobre a Agenda 21 Global, Brasileira e Local, inclusive com exemplos de aplicação em algumas localidades brasileiras. Torna-se importante ressaltar esta questão desde o início da leitura, pois, com o intuito de tornar a leitura mais prazerosa e menos repetitiva, todas as vezes que alguma informação for de procedência do trabalho citado acima, será indicado nas notas de rodapé no decorrer do texto.

Além do livro citado e de outros artigos e documentos visitados, no que se refere à bibliografia, foi realizado um estudo dos documentos técnicos produzidos pelo Instituto Peabiru, organização responsável pela aplicação da Agenda 21 Local na Vila dos Palmares, e também pela parceria e o estabelecimento das estratégias de diálogo entre a Empresa Agropalma, poder público e população.

---

<sup>8</sup> Relatório do Instituto Peabiru – Diagnóstico e elaboração dos projetos socioambientais para a Agropalma visando a implementação de um Programa de Responsabilidade Social. 2008.

<sup>9</sup> Relatório do Instituto Peabiru – Diagnóstico e elaboração dos projetos socioambientais para a Agropalma visando a implementação de um Programa de Responsabilidade Social. 2008.

<sup>10</sup> Para mais informações acesse: <http://www.kas.de/brasilien/pt/>

Dentre as publicações merecem destaque as do Programa Casa da Virada<sup>11</sup>, que trazem outras experiências vivenciadas pelo Instituto Peabiru, no que diz respeito a atividades voltadas para a aplicação da Agenda 21 Local em outras localidades paraenses. É necessário destacar que foi de suma importância o acesso irrestrito a todos os documentos solicitados, registros, relatórios, publicações e vídeo, oferecidos pelo Instituto Peabiru no decorrer dessa pesquisa.

O aporte teórico é fundamental para o desenvolvimento de um trabalho que busque um reconhecimento científico, porém, não pode por si só trazer as informações e as relações que são encontradas somente no dia a dia das pessoas que viveram e vivem esse processo em Palmares. Sendo assim, foi realizado um trabalho de pesquisa de campo e entrevistas com moradores e funcionários do Instituto Peabiru. Estas se orientavam para trazer um pouco das práticas realizadas, reuniões, atividades e o que mais fosse possível resgatar das memórias dessas pessoas que, de alguma maneira, envolveram-se com a Agenda 21 da Vila dos Palmares.

Essas percepções que, principalmente, os moradores podem apresentar, são de extrema relevância para que se possa pensar em algum tipo de avaliação e/ou proposição, que possibilite a continuidade desse projeto, e que busque mais avanços sobre questões pertinentes ao bem estar dessa população.

Caso esse trabalho consiga apresentar, de forma clara, a realidade observada no estudo de caso, sobre a Agenda 21 Local e sua aplicação metodológica na Vila dos Palmares, este terá alcançado um de seus principais objetivos. No entanto, se for possível estabelecer novas propostas que possam trazer outros olhares metodológicos sobre esse processo contínuo, de mobilização e negociação – que se propõem as atividades que envolvem a aplicação de uma Agenda 21 Local – ele estará bem mais próximo da motivação maior que qualquer artigo ou trabalho almeja, seja de natureza acadêmica ou não, qual seja, a melhoria da qualidade de vida da população diretamente afetada pela pesquisa e também, a solução dos problemas que geraram a necessidade de um trabalho como este.

---

<sup>11</sup> Projeto, também desenvolvido pelo Instituto Peabiru, de atuação com as comunidades tradicionais caboclas do Nordeste Paraense. Para mais informações acesse: <http://peabiru.org.br/programas/programa-casa-da-virada/>

Espera-se que esse trabalho contribua com a população da Vila dos Palmares, para que consigam reclamar os seus direitos básicos, obtendo avanços em projetos micro e macrossociais. Além disso, existe a expectativa de que o poder público local, bem como a empresa Agropalma, no que seria o âmbito de sua responsabilidade socioambiental corporativa, possam se valer dos questionamentos e sugestões levantados aqui, para avançar em seus respectivos papéis e responsabilidades.

### **O que é a Agenda 21?**

A Agenda 21 é um documento que surge durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, também conhecida como Rio 92, realizada no Brasil em junho de 1992. Este documento apresenta propostas de métodos de mobilização e organização social, pautados nos princípios gerais de sustentabilidade e uso inteligente dos recursos naturais.

A “Agenda 21 Global é pautada no tripé: compromisso ético, mobilização social e mudança, sendo necessário envolver no processo de elaboração sociedade, governo e parceiros<sup>12</sup>”. Porém, para que sua aplicação tenha um efeito global, há a necessidade que primeiro, exista uma atuação local, entendendo que a soma dessas ações locais converjam para resultados que serão sentidos globalmente. No âmbito local, a Agenda 21 se baseia nos seguintes elementos:

... respeito às diferenças étnicas, culturais e de gênero; combate à pobreza; promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; combate ao desflorestamento; promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável; articulação mais equilibrada entre urbano e rural; manejo seguro e ambientalmente saudável dos resíduos sólidos; fortalecimento do papel das organizações não governamentais; promoção de processos educativos

---

<sup>12</sup> MONTEIRO et all, 2004, p. 19

e capacitação em educação ambiental; revisão do papel do comércio e da indústria...(MONTEIRO et all, 2004, p. 19-20)

Assim, a Agenda 21 Local “tornou-se um importante instrumento de mobilização e participação popular<sup>13</sup>” que pode ser aplicada em qualquer município do mundo, seja em áreas rurais ou urbanas, de pequena ou grande densidade demográfica, em países ricos e pobres; pois sua ideia central é que as necessidades de cada comunidade sejam expostas e que a busca por uma economia sustentável seja o alvo de qualquer grupo que pretenda sua aplicação.

No Brasil, herdamos de nosso processo de colonização sistemas clientelistas e paternalistas que fazem parte de nosso histórico de formação cultural colonizada. Neste contexto, o maior desafio se refere ao trato com o bem público – situação essa que dificulta o empoderamento e a atuação protagonista da cidadania – o “natural” é que o cidadão espere que alguém resolva seus problemas e não existem (ou vemos muito pouco) atuações proativas com relação às necessidades que são apresentadas no dia a dia da população.

O sistema democrático brasileiro é assim utilizado de forma equivocada, reproduzindo modelos culturais que devem ser modificados. A agenda 21 tem como objetivo que o cidadão atue da forma mais direta possível, principalmente em sua comunidade e com seus pares, e não se omita esperando que o poder público ou privado resolva seus problemas e suas dificuldades.

Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável requer “a definição e elaboração de políticas públicas territoriais” viáveis, e que estas “sejam amplamente discutidas e negociadas entre os agentes governamentais e representantes do mercado e da sociedade<sup>14</sup>”. Essa negociação e atuação participativa deve se dar através dos conselhos, fóruns e redes existentes ou que serão estabelecidos, para que ajudem na resolução de problemas e de conflitos que surgirão devido às diferentes necessidades e formas de

---

<sup>13</sup> MONTEIRO et all, 2004, p. 13

<sup>14</sup> MONTEIRO et all, 2004, p. 22

atuação dentro da sociedade, por cada ator ou grupo social específico, conseguindo assim um fortalecimento real tanto da sociedade civil como do governo local.

Esperam-se assim os seguintes resultados: para a sociedade civil, a criação e ampliação de grupos organizados, gerindo seus próprios projetos com autonomia, solidariedade e participação interna; e para o governo local, o aprendizado e o respeito sobre a participação comunitária na elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e dos programas públicos aplicados.

No caso específico da Agenda 21, existe uma metodologia proposta para sua construção e avaliação. Esse método passa pelas seguintes etapas: sensibilização e mobilização, visão de futuro, diagnóstico, planificação, organização para execução dos planos, articulação de parcerias, monitoramento e avaliação. Essas etapas devem se dispor como uma espiral crescente ou ascendente, pois ao término de cada ciclo, o mesmo se reinicia novamente, observando as mudanças e novas realidades que serão postas com o desenvolvimento local, com as reuniões e a atuação dos grupos envolvidos com a Agenda 21 Local. É necessário que esse processo seja constante e no sentido de um aprendizado contínuo.

Deve-se tomar bastante cuidado para que a ação pedagógica seja de constante capacitação dos interessados locais, evitando que os técnicos ou consultores das instituições assumam um papel que deve ser protagonizado pela própria comunidade. Ainda nesse sentido, é muito importante que se equilibrem os processos de planejamento e as ações com os recursos e os prazos reais, ou seja, estes precisam condizer de fato com a capacidade de gestão e aplicação que cada comunidade possui.

## **Fórum**

Um instrumento muito importante para o sucesso da implementação da Agenda 21 Local é o Fórum da Agenda 21. Esse Fórum deve congrega todos os interessados na aplicação do projeto sustentável, sociedade-governo-empresas, para que as decisões e todas as informações importantes, para o melhor entendimento do que se faz necessário e do que é possível ser realizado, possam chegar ao alcance de todos os envolvidos.



O Fórum pode ser construído no início ou no final do processo, ele pode também ser implementado através de uma instituição existente, ou pode ser criado um novo grupo para gerir o Fórum. É importante salientar que no primeiro caso, deverá se tomar os cuidados necessários para que o Fórum não se torne uma parte da instituição pré-existente, pois sua ideia passa pela autonomia e solidariedade de todos os envolvidos. Almeja-se manter o distanciamento de valores ou propostas, institucionalizadas anteriormente, garantindo-o como um instrumento livre de domínios e interesses escusos à sua principal função, que é a de informar e expor a realidade das necessidades e propostas que são sugeridas para a mudança da realidade local.

Também é necessário que o Fórum alcance uma autonomia financeira que possa mantê-lo em funcionamento independente de governos, empresas e instituições, fortalecendo assim, cada vez mais o próprio Fórum da Agenda 21 diante dos grupos envolvidos.

### **Agenda 21 Local na prática**

Para que a prática da Agenda 21 Local obtenha êxito, alguns princípios metodológicos são considerados como essenciais. Pretende-se aqui explicar alguns deles para uma melhor compreensão de sua possível aplicação. Os princípios que serão expostos em seguida constam do trabalho citado anteriormente, e compõe o documento produzido na Eco 92<sup>15</sup>.

– Gestão Social: deve ser um dos eixos centrais, fortalecendo o capital social e assegurando o protagonismo da sociedade no exercício da cidadania, colocando o Estado e o mercado como mecanismos e suporte do desenvolvimento sustentável. Deve ser um método de potencialização e participação ativa e democrática da população no

---

<sup>15</sup>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução. JP! 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995. Acessado em 24/05/2013 no site: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>

processo de concepção, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas. (MONTEIRO et all, 2004, p. 42)

– Participação: não deve ser entendida como algo passivo, a ideia de participação tem como premissa o poder de decisão e contribuição para que as mudanças ocorram. Para que haja uma participação efetiva devem-se ter cinco condições básicas: ter informações; espaços para o debate; possibilidade de tomada de decisão; compromisso e envolvimento afetivo das pessoas.

– Articulação e parcerias: as organizações envolvidas devem evitar a todo custo o isolacionismo, uma interface precisa ser estabelecida para que as políticas sejam executadas com a intervenção e o conhecimento de todos os envolvidos. A parceria deve ser tratada como um relacionamento e não como um negócio. É preciso dar um *feedback*<sup>16</sup>, exercitar a transparência nas ações, conseguindo-se assim confiança, comunicação, responsabilidade e aprendizado contínuo.

– Capacitação: deve estar presente durante todo o processo, pois amplia o acesso à informação e reestrutura conhecimentos. Ela deve atingir as associações participantes e as entidades parceiras, incluindo aí os núcleos produtivos locais. Gênero, raça e geração são temas que devem ser abordados sempre, de forma transversal em todos os eventos e assuntos programados especificamente.

Além dos pontos citados acima outros subprocessos são necessários para que a aplicação da Agenda e o desenvolvimento do Fórum sejam constantes, são eles:

– Visão de Futuro: é a expressão de um desejo, a definição para onde aquelas ações propostas devem chegar e como se quer que se alcance cada uma delas. Essa etapa deve preceder o diagnóstico para que a realidade não influencie de forma limitadora nos sonhos desejados. É importante manter o exercício de revisão dessa visão de futuro trazendo assim renovação para a capacidade de sonhar dos indivíduos que compõem a comunidades<sup>17</sup>.

– Diagnóstico: é a expressão do conhecimento da realidade local, precisa ser feito com o levantamento de dados, de forma direta ou indireta, com o máximo rigor

---

<sup>16</sup> Retorno, resposta, dentro de um processo de comunicação e diálogo.

<sup>17</sup> MONTEIRO et all, 2004, p. 47

técnico e com a participação dos atores sociais, políticos, institucionais e produtivos. Deve expor as potencialidades locais bem como as dificuldades e por fim, deve-se combinar dados primários com secundários, recorrendo-se assim às instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), secretarias, ONGs, sindicatos, etc.

– Planificação: determina os objetivos coerentes e as prioridades para o desenvolvimento econômico e social, bem como os meios apropriados para alcançá-los. É um conjunto de atividades que obedece a uma sequência lógica e articulada, organizando as ações para que se possa obter a máxima eficiência, é racional e objetiva, combinando o processo técnico com a negociação política. Devem-se tomar alguns cuidados quanto à justificativa do plano, seus objetivos, estratégias e metodologias. A justificativa deve se basear no diagnóstico, os objetivos devem responder *para que estamos fazendo isso? E o que queremos conseguir?* As estratégias serão os caminhos que irão levar a estes objetivos.

– Organização da gestão: para um bom processo de gestão recomenda-se: identificação dos mecanismos institucionais que assegurem a eficiência e eficácia das políticas públicas, dos projetos e do plano de desenvolvimento; um sistema de acompanhamento e avaliação do plano; consolidação de um sistema de participação da sociedade no processo de acompanhamento e envolvimento e integração das diferentes instituições envolvidas.

– Direção: deve conduzir e coordenar o processo de execução das tarefas que foram planejadas e sempre estar atento à motivação dos grupos envolvidos, fazendo com que todos se sintam satisfeitos com a participação, buscando novos estímulos. Porém não compete à direção o papel de executor das ações planejadas, e sim o seu encaminhamento, para que as coisas aconteçam. “As pessoas devem ser responsáveis pelo que pensam, dizem e agem<sup>18</sup>”.

– Monitoramento e avaliação: o monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, enquanto a avaliação verifica o alcance dos objetivos. As principais etapas são: formular questões, elencar os aspectos que serão

---

<sup>18</sup> MONTEIRO et all, 2004, p. 61

avaliados, identificar as fontes de informação, escolher os instrumentos e procedimentos para cada tipo de avaliação, elaborar o cronograma, e definir as responsabilidades e os participantes. É através do monitoramento e avaliação que todo o ciclo recomeça.

Todas essas etapas e estes processos devem sempre, ser realizado com um intuito pedagógico, de capacitação constante para a aplicação da Agenda 21 Local. Assim os técnicos e consultores envolvidos devem partilhar do processo como animadores e facilitadores em busca do mesmo objeto, que seja o desenvolvimento sustentável da sociedade. Um facilitador deve ter controle emocional, para conseguir ditar o ritmo do processo sem impedir a aprendizagem do grupo, tem que saber escutar, ser autocrítico, buscando assim se aproximar cada vez mais das pessoas envolvidas e demonstrar seu próprio aprendizado dentro do trabalho.

A Agenda 21 Local é um processo de construção coletiva, ela requer resultados que sejam locais, regionais e globais. Para que o êxito apareça, todos devem trabalhar juntos, pois separadamente a sustentabilidade torna-se inviável.

## **O Instituto Peabiru e a Agenda 21**

O Instituto Peabiru<sup>19</sup> é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e atua desde 1998 com a missão de Valorizar a diversidade cultural e ambiental e apoiar processos de transformação social na Amazônia. Sua sede é na capital do estado do Pará, Belém, e atualmente desenvolve 6 programas ou ações abrangendo 29 municípios nos estados do Amapá e Pará. Sua equipe é composta por aproximadamente 17 pessoas, seu público preferencial são as associações de moradores e produtores de comunidades tradicionais da Amazônia, bem como as empresas interessadas em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental corporativa (RSE). (SÁ, H. e MEIRELLES FILHO, J, 2009)

O papel de organizações como o Instituto Peabiru é muito importante, pois possuem profissionais especializados e preparados para apoiar os enfrentamentos dos

---

<sup>19</sup> Para mais informações acesse: <http://peabiru.org.br/>

problemas sociais locais, bem como articular e capacitar as pessoas que estejam envolvidas nestes projetos.

Além disso, o papel das Organizações Não Governamentais (ONG) e de outros institutos, em diversas partes do mundo, é de extremo valor no processo de estabelecimento de relações interinstitucionais (mercado-poder público-comunidade). Inclusive, a atuação de ONGs, não é apenas prevista, como desejada nos documentos que são referenciados aqui, e que compõe as ideias e os ideais alcançados na Eco 92.

O Instituto Peabiru incorporou a metodologia da Agenda 21 Local como ferramenta de intervenção social em comunidades, discutindo e aprimorando seus métodos para cada caso.

A primeira experiência foi executar, para a Petrobras, em Belém, em cinco bairros do entorno do Terminal do Miramar, a Agenda 21 Local. Tratava-se, à época, do projeto “De Olho no Ambiente”, executado em 17 estados brasileiros em comunidades do entorno de unidades de negócio da empresa. Este projeto buscava criar fóruns da Agenda 21 Local.

No Pará, o Instituto Peabiru ficou responsável por sua aplicação em alguns bairros/comunidades da periferia de Belém, como Barreiro, Paraíso dos Pássaros, Park Verde, Promorar e Providência.

Nesse projeto, o Fórum local da Agenda 21 foi concebido como última etapa do processo, buscando fortalecer primeiramente as comunidades, para depois provocar o diálogo destas com o poder público local e empresas. Na metodologia, para aplicação da agenda 21, prevê que as organizações já se encontrem fortalecidas para dar conta de todo o processo. No entanto, em todas as realidades experimentadas pelo Instituto Peabiru, o problema central é a falta de organização e fortalecimento da sociedade civil.

É importante ressaltar que estes primeiros projetos relacionados com a Agenda 21 Local, propostos pela Petrobras, trabalharam com uma metodologia própria e até certo ponto, pré-estabelecida pela Fundação José Pelúcio, do Rio de Janeiro, que previa cinco etapas: 1) processo de sensibilização comunitária; 2) pesquisa de campo; 3) diagnóstico socioambiental; 4) reuniões temáticas; e 5) fórum da agenda 21 local.

Outro projeto, onde o Instituto Peabiru atuou com a metodologia da Agenda 21, foi no município de Curuçá, estado do Pará, como parte do Programa Casa da Virada,

vencedor do edital público Petrobras Ambiental 2006. Realizado entre 2007 e 2008, aproveitou-se o conhecimento adquirido e a metodologia experimentada com o projeto “De Olho no Ambiente”, realizado em Belém, e procurou-se aplicar, com algumas modificações para atender melhor as necessidades locais, as mesmas etapas: sensibilização e pesquisa com lideranças, pesquisa de campo, reuniões temáticas e Fórum da Agenda 21 Local.

A Agenda 21 na Vila dos Palmares se iniciou em fevereiro de 2009, esse projeto foi desenvolvido como parte do Programa Dendê, mencionado acima, que se aplica nas comunidades do entorno da empresa Agropalma, nos municípios de Mojú e Tailândia, no estado do Pará. Praticamente foi utilizado o mesmo método já descrito, deixando o Fórum da Agenda 21 para o último momento do projeto.

Vale ressaltar que um dos principais indicativos para a construção e o estabelecimento do Fórum da Agenda 21 Local, proposto pelo Ministério do Meio Ambiente e por outras organizações que já desenvolveram essa experiência, é a participação de todos os atores envolvidos desde o primeiro momento de cada projeto.

Porém, na metodologia utilizada pelo Instituto Peabiru, o Fórum da agenda 21 acontece no final do ano II do projeto. Durante este segundo ano o fórum foi construído durante reuniões temáticas mensais e, por fim, foi realizado um grande encontro denominado Fórum da Agenda 21 Local. Espaço que reuniu comunidade, organizações da sociedade civil, poder público e empresas.

As atividades da Agenda 21 Local ficaram focadas sob a atuação da Associação dos Moradores do Distrito de Palmares - AMDP, o que colocou o Fórum sob a tutela e praticamente como um projeto ou atividade específica, entre outras das atividades que eram realizadas na Associação. Assim, o fórum não foi construído como um projeto à parte dos interesses de um único grupo, neste caso a Associação, e poucos comunitários, como comerciantes, por exemplo, participaram da construção e dinâmica do que seria um Fórum de debate e discussão sobre as necessidades e possibilidades da reunião que comunidade, poder público e empresa, deveriam apresentar no processo de estabelecimento do Fórum da Agenda 21 Local.

De qualquer forma, essa análise será profundamente desenvolvida neste texto, assim será possível confrontar os resultados obtidos e relatados nos relatórios do

Programa Dendê, com os objetivos e avanços da Agenda 21 Local na Vila dos Palmares.

### **Contando a história do Programa Dendê**

Desde 2007, o Instituto Peabiru estabeleceu parceria com a empresa Agropalma. Esta parceria se iniciou com o Diagnóstico Rápido Participativo nas comunidades do entorno da empresa – com destaque para as comunidades rurais, a Vila dos Palmares, e duas associações relacionadas a funcionários e seus familiares. A partir deste diagnóstico o Instituto Peabiru elaborou dez propostas para o desenvolvimento local, de acordo com os diferentes públicos que deveriam ser atendidos.

Em 2009 a Agropalma selecionou quatro projetos prioritários, no que o Instituto Peabiru denominou como “Programa Dendê”. Entre estes está a Agenda 21 Local da Vila dos Palmares.

A primeira reunião da Agenda 21 Local aconteceu em 27 de agosto de 2009. Estavam presentes 30 pessoas, entre representantes do poder público local, comerciantes, representantes de igrejas, associações de moradores e representantes do sindicato. Nesta reunião foram apresentados os conceitos da Agenda 21 e de sustentabilidade, entre outros. Alguns problemas e ações já desenvolvidas também foram discutidos pela comunidade.

### **A metodologia Agenda 21 local aplicada na Vila dos Palmares**

Durante a elaboração desta pesquisa, entre os meses de junho a setembro de 2013, o Instituto Peabiru estava no quarto ano de aplicação da metodologia Agenda 21 na Vila dos Palmares. Este projeto foi desenvolvido em quatro etapas, cada etapa equivale a um ano do projeto.

A primeira etapa foi o **diagnóstico**, elaborado a partir de questionário fechado aplicado as famílias moradoras da Vila dos Palmares.

A segunda etapa constou das **reuniões com a população**, para apresentar os resultados do diagnóstico e discutir possíveis soluções para os problemas encontrados. O objetivo das reuniões foi fomentar o diálogo entre os atores locais e, logo, a construção do **Fórum da Agenda 21**, o documento gerado como resultado dos debates e acordos foi o **Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares - PDVP**.

A terceira etapa constou do **monitoramento** do desenvolvimento dos objetivos do **PDVP** e também, do **fortalecimento da Associação dos Moradores do Distrito dos Palmares - AMDP**, como estratégia de atuação e implementação dos objetivos traçados no PDVP.

No quarto momento o Instituto Peabiru continuou **monitorando** os avanços do **PDVP** e também colaborando nas negociações e articulações, locais e regionais, para alcançar os objetivos esperados.

Portanto, irei detalhar como ocorreram estas etapas, identificando pontos positivos e negativos.

## 1. O Diagnóstico

Será realizada aqui uma tentativa de apresentação de alguns dados coletados durante a realização do diagnóstico e aplicação de questionários relatados acima. Os dados escolhidos para serem apresentados nessa parte do trabalho, não foram escolhidos de maneira aleatória, mas sim por algum tipo de incongruência encontrada entre a pesquisa quantitativa apresentada em relatórios e os dados qualitativos alcançados em entrevistas e trabalho de pesquisa de campo na Vila dos Palmares.

Os dados a seguir foram retirados do Relatório Ano I, maio de 2010. De acordo com a metodologia escolhida, foi realizada uma pesquisa de campo, entre setembro de 2009 e janeiro de 2010, utilizando-se um questionário socioambiental de 50 questões fechadas, foi realizado o arruamento da Vila. Este trabalho foi executado por estudantes



de uma escola local<sup>20</sup>, com apoio de três estagiários do Instituto Peabiru, e da coordenação do projeto.

Para a aplicação do questionário foram capacitados cerca de 60 estudantes das escolas locais. Por fim, o Instituto Peabiru conseguiu registrar e tabular 342 questionários (domicílios), isso representa um universo de aproximadamente 16,4% do total aferido de 2.098 domicílios indicados no processo de arruamento da Vila.

Os principais pontos identificados no diagnóstico estão descritos abaixo:

### **1.1. Trabalho e Gênero**

Foram observados relatos de violência contra a mulher e outras questões de Gênero. Uma das questões a se atentar estaria na maciça presença de jovens do sexo masculino, solteiros, como maioria entre os moradores.

Os dados apresentados pelos relatórios que se referem ao diagnóstico, não são claros sobre essa situação. É apresentada uma diferença de 37 indivíduos do sexo masculino, a mais que do sexo feminino, para um total de 1.109 indivíduos contabilizados. Essa diferença é muito pequena, enquanto referencial estatístico, para comprovar quantitativamente essa hipótese da causa da violência proceder de uma maioria de homens na comunidade.

No entanto, houve também uma análise qualitativa por parte dos profissionais da equipe do projeto, através de conversas com atores chaves, onde pode se identificar que existe um aumento da população masculina sazonalmente, influenciado pela demanda de trabalho das empresas produtoras de dendê próximas a vila.

---

<sup>20</sup> A escolha de jovens estudantes, moradores locais, foi usada como estratégia de envolver a população desde o início das atividades, difundindo informação e capacitando os jovens envolvidos. Esta estratégia está baseada no conceito de pesquisa ação participativa. A Pesquisa-ação pode ser definida como uma pesquisa na qual os atores estejam associados desde a definição dos objetivos da pesquisa até a restituição dos resultados, a verificação de sua validade e suas consequências para os projetos dos atores (Barbier, 1997; Liu, 1997, apud Sablayrolles; Rocha, 2003). A pesquisa-ação supõe, portanto, o estabelecimento de uma relação de trabalho conjunto fortemente integrado entre uma equipe de pesquisa e um grupo social determinado, com objetivo de negociar (Liu, 1997, apud Sablayrolles; Rocha, 2003).

Do público entrevistado, 67% eram mulheres e 33% homens. A afirmação do Instituto Peabiru desta prevalência feminina é porque, durante o dia, as mulheres estariam em casa, e responderiam ao questionário.

Num primeiro olhar sobre os relatórios e o diagnóstico, fica claro que este é voltado para a família. Aí podemos ter o principal problema na aferição desses dados, uma vez que muitas casas de família abrigam trabalhadores<sup>21</sup> e, provavelmente, estes não foram contabilizados no diagnóstico, de forma quantitativa e sim qualitativa.

Outras dúvidas surgiram em decorrência dos dados apresentados. Por exemplo, mais de 60% dos entrevistados são classificados como “sem ocupação”, mas sabe-se que a Vila dos Palmares é o grande centro de moradia da mão-de-obra que trabalha na Agropalma.

O problema dos horários em que as entrevistas foram realizadas, levantado acima no que se refere ser a mulher a principal entrevistada, talvez seja um fato de grande relevância, pois deixa de fora uma quantidade importante de moradores e trabalhadores ligados diretamente à empresa Agropalma. Observa-se que foi notada a ausência de representantes da empresa ou do poder público nas entrevistas. Certamente estes poderiam ajudar no tipo de aferição sobre o sistema de migração que pode ocorrer em distintos períodos do ano, pela frequência de maior ou menor necessidade de trabalhadores na empresa.

Por outro lado, demonstra que as mulheres da comunidade não tem acesso a trabalho o que é um problema que reflete diretamente na participação da mulher na economia.

## **1.2. Infraestrutura pública**

Quando o relatório passa a apresentar os dados com relação ao infraestrutura público local, acesso a direitos básicos, aparecem as seguintes problemáticas: 80% das pessoas não têm acesso ao transporte coletivo; 73% utilizam água de poço e 25% não

---

<sup>21</sup> Geralmente jovens solteiros atraídos ao local na busca de emprego na empresa.

tratam a água antes de beber; 77% das casas têm como destino do esgoto fossas sépticas ou valão; 44% dos moradores recorrem à automedicação, por falta de atendimento médico; 61% dos entrevistados afirmam que não existe segurança pública, fato que causa grande sensação de insegurança.

Entre os principais problemas percebidos estava a falta de espaços públicos de interação social e de lazer. Foram contabilizados apenas três campos de futebol, uma creche e duas escolas.

### **1.3. Relação de Pertencimento**

Apesar de alguns contrastes apresentados até aqui, 70% dos entrevistados afirmam que gostam da comunidade, 61% consideram que as relações entre moradores são boas e 60% responderam que ajudariam em projetos que visassem a melhoria da Vila.

Esses dados tornam-se relevantes, pois demonstram que existe algum tipo de relação de pertencimento com a Vila dos Palmares e que as pessoas gostariam mesmo de ajudar na melhoria local, tendo em vista a permanência em suas moradias.

Portanto, os dados quantitativos contrariam as indicações feitas através da observação e interpretação dos técnicos do Instituto Peabiru, que afirmam que uma das maiores dificuldades para a etapa de mobilização, que é parte essencial para que a Agenda 21 Local tenha êxito, é a ausência de um sentimento de pertencimento dos moradores com a Vila.

Porém mais uma vez a realidade apresentada nos números não condiz com a afirmação dos técnicos do Instituto Peabiru que é pautada em observação de campo e nos dados alcançados qualitativamente em conversas e vivências “informais” com a população em seu cotidiano.

Nesses dados transparecem a presença de diversos moradores advindos de outros municípios e estados como um dos possíveis problemas em relação ao sentimento de pertença que não se percebe no local.

Apesar de o diagnóstico ter sido realizado com o objetivo de apresentar uma realidade familiar local, em alguns pontos ele não oferece dados que possam comprovar as observações trazidas de campo. Principalmente, quando a necessidade de uma inferência mais individualizada sobre alguns aspectos ou problemáticas. Porém, não é possível perceber se o problema passa pela coleta de dados ou pela sua tabulação. Por isso, torna-se importante a realização de, pelo menos, uma revisão nos dados coletados, ou mesmo, a aplicação de novos questionários, na tentativa de se obter informações mais atualizadas sobre a realidade da Vila dos Palmares.

O relatório afirma que a regularização fundiária é importante para aumentar esse sentimento, mas logo em seguida diz que “os mais jovens” têm um grande sentimento de pertencimento. Esse contraponto quando exposto para a apreciação dos técnicos do Instituto Peabiru, recebe a explicação que para os adultos o sentido de pertencimento também está relacionado à segurança fundiária, mas para os jovens essa não é a questão fundamentalmente importante.

## **2. Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares<sup>22</sup>**

Depois da realização deste diagnóstico, a equipe do Instituto Peabiru, juntamente com os atores locais envolvidos no debate, construiu o Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares (PDVP), o que prova por fim que o mesmo se tornou ferramenta de fundamental importância nesse processo, com algumas fraquezas, mas também, com dados relevantes para iniciar a etapa seguinte de reuniões temáticas e levantamento de pautas para as discussões que se sucederiam.

A abertura do Fórum da Agenda 21 coincide com a construção do PDVP primeiro foi feita uma reunião com os atores locais, em que foi apresentado o diagnóstico. As temáticas locais que deveriam receber mais atenção foram definidas de forma participativa, pelo grupo, durante seis reuniões temáticas, com média de 43

---

<sup>22</sup> Essas informações estão dispostas no Relatório Ano II, maio de 2010 a maio de 2011

peças por reunião. As Reuniões Temáticas ocorreram entre outubro de 2010 e janeiro de 2011, discutindo os seguintes temas: saúde pública; saneamento básico; segurança pública; situação dos jovens e mulheres; comunicação, transporte e educação; regularização fundiária, moradia e meio ambiente.



Figura 2: Reunião temática sobre Segurança Pública.

A partir destas temáticas prioritárias, o Instituto Peabiru buscou especialistas<sup>23</sup> para contribuir no debate. Para cada tema foi chamado um ou mais especialistas no assunto, que apresentava os caminhos possíveis para se alcançar os objetivos almejados.

Durante essas reuniões, os representantes dos moradores, do poder público e privado tiveram a oportunidade de discutirem as estratégias para mitigar os problemas locais e o plano de ação para cada tema discutido. Assim, coletivamente, envolvendo todos os atores, foi construído o PDVP.

Portanto, o Fórum da Agenda 21 foi sendo estruturado a partir da aproximação desses atores de interesse. A reunião para apresentar o PDVP foi um produto emblemático dessa construção e debate.

---

<sup>23</sup> Em geral representantes do poder público municipal, encarregadas das temáticas e que apresentavam os programas do governo municipal e também representantes da empresa Agropalma, especialistas relacionados ao tema específico.

O processo foi concluído com um grande evento, que congregou diversas pessoas, lideranças locais, poder público municipal, empresa Agropalma entre outros. Durante este evento intitulado *Fórum da Agenda 21 Vila dos Palmares*, foram debatidos em grupos os temas previamente identificados e apresentadas propostas para o desenvolvimento local, a partir das discussões pensadas e articuladas entre comunidade local e vizinhanças, poder público e parceiros, assim foi dado início a encaminhamentos e acordos entre os atores para alcançar os resultados esperados.

Foi possível avançar no acesso a determinadas informações importantes, como por exemplo: a) que a área da Vila dos Palmares é de jurisdição do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); b) que existem oito agentes de saúde no local, número que não é suficiente, uma vez que existem áreas que não são cobertas por esses agentes; c) foram detectadas fossas abertas em áreas próximas dos poços de abastecimento. A Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) tinha no período previsão de iniciar o processo de abastecimento de água no local; d) a Vila tem poucos policiais e os moradores afirmam que este utilizam a única viatura disponível para seu lazer pessoal, a delegacia mais próxima fica a 60km da Vila de Palmares.

Estas, entre outras informações, puderam ser apresentadas e relacionadas com suas possíveis soluções reunião após reunião. Como estavam presentes nas reuniões representantes do poder público e também da Agropalma, foi possível ouvir dos próprios responsáveis quais iniciativa seriam possíveis e que projetos existiam para contemplar os problemas levantados.

Este trabalho todo resultou do estabelecimento da parceria entre Instituto Peabiru, a Associação dos Moradores da Vila dos Palmares (AMDP) e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tailândia – Subsede Palmares (STTR).

Nesse processo, a despeito dos avanços na articulação entre as organizações representativas do local, a maior dificuldade continua sendo a mobilização popular. A pouca participação da população, foi avaliada, nesse momento, como reflexo do não pertencimento ao lugar.

No intuito de tentar resolver esse problema de participação popular, talvez fosse necessário buscar mais parcerias institucionais, através das escolas e igrejas, colocar esse tema de maneira transversal nas atividades de outras instituições, buscando assim

desenvolver, nas pessoas, maior interesse nas reuniões da Agenda 21 e consequentemente no acesso as discussões sobre as dificuldades e possíveis soluções no sentido de buscar maior qualidade de vida para os moradores da vila.

Em decorrência do desenvolvimento do projeto e das relações da população com a Agenda 21 Local, alguns avanços foram possíveis de ser contabilizados, como a questão da regularização fundiária que avança no contato com os possíveis “proprietários locais”. Esse fato também é de interesse da Prefeitura Municipal de Tailândia que, possuindo as terras legalizadas, poderá implementar diferentes políticas, bem como dar condições de melhoria para a área da Vila dos Palmares e também das Vilas vizinhas.

Outra conquista, foi a abertura de 3 vagas no Conselho de Segurança do Município de Tailândia para representantes da Vila dos Palmares. Houve, também, o fortalecimento da AMDP e da Vila dos Palmares diante do poder público local, tendo em vista a abertura de espaços nos conselhos municipais para representantes locais.

A AMDP avaliou que, com o início da Agenda 21 Local, houve um aumento sensível no envolvimento e na mobilização local em busca de melhorias e soluções para todos. A participação e o comprometimento da comunidade foram crescentes ao longo das reuniões temáticas, bem como o aumento da confiança da comunidade com o projeto e o Instituto Peabiru.

Além disso, segundo a AMDP há dificuldade em compreender como se dá a responsabilidade social da empresa Agropalma, já que a população entende que a empresa deveria participar mais das ações.

Para sanar essas questões os encontros entre representantes da empresa e comunitários precisa ser mais articulado pelo Instituto Peabiru, para fortalecer a parceria, lembrando sempre que a transparência e as informações precisam transcender em todos os setores. Talvez haja necessidade de um tipo de “tradução” dos dados e das informações mais técnicas para que qualquer pessoa, independente de seu grau de conhecimento ou educação formal, possa acessar de forma compreensível.

### 3. Estratégias de Fortalecimento da Associação de Moradores do Distrito dos Palmares (AMDP)<sup>24</sup>.

Para a continuação das ações da Agenda 21 da Vila dos Palmares e a implementação do PDVP, o Instituto Peabiru lançou os seguintes objetivos para o terceiro ano do projeto: 1) fortalecimento das capacidades humanas e o fortalecimento organizacional e 2) monitoramentos do PDVP. Como estratégia buscou-se o fortalecimento da AMDP, por meio de um Planejamento Estratégico.

A equipe técnica entendeu que a AMDP poderia assumir o processo, fomentando o debate e fortalecendo os outros representantes locais.

Durante uma Assembleia Geral da AMDP foram realizados esclarecimentos sobre a Agenda 21 da Vila dos Palmares e apresentado o PDVP para novos vereadores e moradores de Tailândia.



Figura 3: Reunião de fortalecimento da Associação de Moradores do Distrito de Palmares.

Foi realizada também uma reunião com o Grupo de Mulheres para que se conhecesse melhor a Agenda 21. Este grupo, em um segundo momento, entendeu que seria importante estar próximo da AMDP e do Instituto Peabiru, participando assim de

<sup>24</sup> Essas informações estão dispostas no Relatório Ano III, junho de 2011 a maio de 2012



todo o processo de fortalecimento da AMDP e atuando, dentro da associação, na diretoria de mulheres.

Dentre os assuntos com a AMDP, foi necessário conhecer como se estabelece a estrutura da Associação bem como, quais as responsabilidades de cada diretoria. Outro desdobramento não menos importante foi o Planejamento Estratégico (produto III), onde diversas ferramentas metodológicas participativas puderam ser utilizadas como: árvore de problemas, levantamento histórico e dinâmicas de trabalho em grupo<sup>25</sup>.

Durante esse processo a diretoria da AMDP determinou as prioridades para alcançarem uma boa gestão, além disso, construíram quatro propostas de projeto<sup>26</sup> para desenvolvimento local.

No entanto, durante as eleições, no segundo semestre de 2012, as lideranças das instituições AMDP e STTR - Sub Sede Palmares, solicitaram que as atividades fossem paralisadas devido ao envolvimento de todos nas eleições municipais. No entanto, mesmo passado esse momento a AMDP não retomou suas atividades, apresentando problemas com a prestação de contas e a ausência de recurso humano para desenvolver as atividades.

O presidente da AMDP demonstrou alguma preocupação pela falta de recursos humanos para gerenciar todos os projetos, se aprovados. Porém, a assistente do Programa Dendê, do Instituto Peabiru, entende que a aprovação de um projeto é motivo para o fortalecimento da associação sendo, inclusive, um incentivo para que outros moradores se aproximem e promovam os projetos.

No ano III, com corte de 25% dos recursos para o Programa Dendê, o enfoque principal foi o processo de Regularização Fundiária da Vila dos Palmares, entendendo que esse passo é de fundamental importância para o desenvolvimento local e o acesso a alguns direitos básicos como a implantação de bancos, correios e os benefícios dos programas habitacionais do Governo Federal.

---

<sup>25</sup> Idem anterior, p. 22.

<sup>26</sup> As propostas seriam: Oficina de Artesanato para geração de renda das Mulheres do Distrito dos Palmares; Projeto de Valorização Cultural do Distrito dos Palmares e Criação de Grupo de Jovens Promovendo Entretenimento e Atividades Lúdicas; Projeto Bom de Bola Melhor na Escola e Apoio e Incentivo à I Feira do Produtor do Distrito dos Palmares.

Um dos principais problemas referentes ao processo burocrático da AMDP aparece com a dificuldade em se aprovar a prestação de contas. Além de ser um problema grave, pois envolve dinheiro arrecadado e dinheiro gasto com os projetos da associação, a falta de aprovação das contas traz consigo uma grande desconfiança por parte de todos os envolvidos com a diretoria e o presidente, é notório que esse assunto repercute negativamente entre a população local que passam a desacreditar no processo de lisura da utilização de recursos pela AMDP.

#### **4. Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares.**

Uma das ações que compôs a metodologia aplicada foi o monitoramento do PDVP, realizado pela equipe técnica do Instituto Peabiru a partir de entrevistas semestrais com lideranças locais e observação direta. O monitoramento vem sendo realizado desde a construção do PDVP em 2011 até o ano de 2013.

Portanto, foi identificado os seguintes avanços:

##### **4.1. Saúde Pública:**

No mês de abril de 2012 foi iniciada a construção do posto de saúde da família na Vila dos Palmares, com recursos do Governo do Estado do Pará e, parceria com a Empresa Agroplama SA, que fez a doação do terreno onde está sendo construído o prédio pelos representantes municipais, a previsão para conclusão das obras é o segundo semestre do ano de 2013.

Ainda, o presidente do sindicato local está compondo o Conselho Gestor de Saúde do Município de Tailândia.

Outro avanço foi no atendimento odontológico, desde o ano de 2012 está em funcionamento um gabinete odontológico, onde um dentista atende três vezes por semana, no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – Sub Sede Palmares (STTR).

Ainda no ano de 2012 foi instalada uma sala de vacinação, com atendimento de segunda a sexta-feira, na Vila de Turiaçu, que faz parte do território do Distrito de Palmares.

Segundo os informantes, também está prevista a contratação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS), para compor o quadro que atende os moradores da Vila dos Palmares, até a construção desse trabalho de pesquisa, segundo semestre de 2013, os agentes ainda não haviam sido contratados.

#### **4.2. Regularização Fundiária**

A situação fundiária da Vila dos Palmares foi tópico importante em uma das reuniões e houve, por exemplo, a criação do Distrito dos Palmares, sendo este integrado oficialmente ao Município de Tailândia, antigamente o local era classificado como Vila.

Em janeiro de 2012 o governador do estado assinou o decreto de reserva da área onde está situada a Vila dos Palmares para doação ao município de Tailândia, no entanto, o processo de regularização fundiária ainda não havia sido finalizado no ano de 2013, quando foi feita esta pesquisa.

#### **4.3. Saneamento Básico e Meio Ambiente:**

Durante as eleições municipais, a Vila dos Palmares recebeu um caminhão papalixo e uma caçamba para coleta de lixo, e, segundo os informantes, as ruas estão mais limpas, os entulhos também estão sendo recolhidos. Foi inaugurada a rede de abastecimento de água em outubro de 2011, porém a água ainda não chega a todas as moradias e também não é tratada.

No ano de 2013 o Governo Federal contratou uma empresa de engenharia ambiental, por licitação, que realizou o monitoramento das vilas do município de Tailândia, a empresa usou também as informações do PDVP. A expectativa dos

informantes é que no segundo semestre do ano de 2013 a empresa comece a estruturar a rede de esgoto do Distrito dos Palmares.

Também foi realizado um trabalho conjunto entre a Prefeitura Municipal de Tailândia, a Agropalma e a AMDP para o piçarramento das ruas, tendo uma melhoria em 70% de toda a Vila dos Palmares.

#### **4.4. Infraestrutura, Comunicação, Transporte e Energia.**

A partir do ano de 2012 a empresa GBSNet foi instalada na Vila dos Palmares e oferece provedor privado de internet.

Sobre energia elétrica, as lideranças locais fizeram duas reuniões com a CELPA, ainda no ano de 2012, e, no primeiro semestre de 2013 a empresa trocou os transformadores, melhorando a qualidade do serviço. De acordo com o informante, a empresa aguarda a liberação de verba para aumentar o número de postes de iluminação pública na vila.

Sobre transporte, a cooperativa de transporte intermunicipal, sediada no município de Tailândia, abriu um escritório na Vila dos Palmares, onde é possível comprar passagens antecipadas. Antes, os moradores ou se deslocavam até a sede do município de Tailândia ou aguardavam as vans em pontos de parada as margem da rodovia, nesse ultimo caso não conseguiam vaga em acentos, só de pé.

Sobre infraestrutura, ainda em 2012 a prefeitura municipal construiu uma quadra poliesportiva na praça central da Vila dos Palmares, uma segunda quadra e um centro de informática na escola São Felipe, no primeiro semestre de 2013. Segundo informante, a prefeitura também aumentou a oferta e qualidade dos ônibus escolares.

A escola São Felipe, também foi reformada e os professores receberam capacitação para trabalhar com alunos especiais.

#### **4.5. Educação**

Houve um desmembramento do ensino médio da Escola São Francisco de Assis, melhorando, assim, a gestão e foram construídas mais duas salas de aula de ensino fundamental na Escola São Felipe, bem como outras reformas estão melhorando a infraestrutura das escolas.

A qualidade da merenda escolar melhorou, além disso, a Secretaria de educação está implementando programa Mais Educação nas escolas municipais locais, assim os alunos que apresentam dificuldades de aprendizado recebem mais atenção dos professores e ficam mais tempo em sala de aula com atividades complementares.

Duas faculdades estão atuando no local (UNOFAR e FACEL), no entanto, as duas são particulares. O STTR iniciou uma parceria com SEBRAE a fim de formar jovens empreendedores, as oficinas de capacitação serão realizadas no segundo semestre de 2013.

O STTR em parceria com outras organizações ofereceu curso de pintura em tecido e flores para mulheres, moradoras da Vila dos Palmares, no segundo semestre de 2012. Além disso, a empresa Belém Bio Energia, que está instalada no território, tem empregado muitas mulheres nos viveiros de mudas

#### **4.6. Segurança Pública:**

Para mitigar as questões relacionadas a segurança pública, foram realizadas palestra sobre álcool e drogas nas escolas locais, durante o primeiro semestre de 2013.

A relação entre policiais e a comunidade melhorou, os policiais estão com as estratégias de, durante a semana de pagamento aumenta o número de contingente nas ruas devido evitando assaltos, além disso, um PM BOX foi instalado no local.

A Agenda 21 da Vila dos Palmares apresentou-se como importante instrumento na organização e articulação do movimento social local, podendo influenciar as políticas públicas para a Vila e para o Município.

## **Resultados e Entrevistas do trabalho de campo**

Deste ponto em diante, as falas dos moradores da Vila dos Palmares e dos funcionários do Instituto Peabiru, serão expostas. O objetivo aqui era perguntar para os moradores e comerciantes como eles entendiam o que era a Agenda 21, se ouviram falar sobre o projeto que aconteceu nos últimos quatro anos, bem nas portas de suas casas e de seus estabelecimentos comerciais.

Também foram solicitados para indicar quais os problemas eram mais graves, do ponto de vista dos entrevistados, bem como, se reconheciam algum tipo de avanço ou melhoria local neste mesmo período.

Para os funcionários do Instituto Peabiru os questionamentos foram sobre como se estabeleceu todo o processo do projeto, quais foram as etapas, as dificuldades encontradas e as soluções propostas. Infelizmente, até aqui, não conseguimos falar com ninguém da empresa Agropalma e nem do Poder Público local.

### **Moradores da Vila dos Palmares**

MC<sup>27</sup>, proprietária da farmácia Palmares, afirmou que logo no início do processo da Agenda 21, participou de duas reuniões, depois não participou mais. *“A 1ª reunião foi muito bonita, mas ainda não viu nada de resultado”*. Não participa de nenhuma outra associação, só da Igreja Evangélica, é do município de Mojú, vive há 13 anos em Palmares, e entende que a Agenda 21 deve trazer benefícios para a comunidade.

Já, MF, secretária da Escola São Felipe, mora em Palmares há 5 anos, e nunca ouviu falar da Agenda 21, mas lembra de uma caminhada e uma pesquisa com o Instituto Peabiru, porém não relaciona esse fato à Agenda 21. *“A caminhada foi sobre o lixo, a empresa Agropalma distribuiu camisas, uma pesquisa foi feita pelos alunos com os moradores”*. Acha importante essa mobilização, *“os moradores reclamavam da falta de saneamento. Hoje já tem coleta de lixo e abastecimento de água”*, mas vê como

---

<sup>27</sup> Os nomes verdadeiros dos entrevistados serão preservados. Assim optou-se em utilizar letras iniciais para referenciar as falas obtidas com as entrevistas.

ponto negativo a falta de saneamento básico, essas atividades precisam ter frequência, para se tornar um hábito na comunidade.

Portanto, a pesar de não relacionar as ações com a atividade da Agenda 21, o entrevistado consegue identificar as melhorias no acesso a direitos básicos e, conseqüentemente, na qualidade de vida.

**ME**, diretor do STTR, afirma que *“a Agenda 21 foi um passo importante para comunidade, pena que a comunidade não entendeu”*. Mesmo assim, relata algumas conquistas como o dentista, em parceria com a Prefeitura Municipal, a água encanada, etc. O Sr. **ME** informou que o Governo Federal contratou uma empresa chamada Segunda Via<sup>28</sup> para realizar a obra de saneamento básico (esgoto) da Vila e também para assumir a coleta seletiva local. Ocorreram duas tentativas de audiência pública para determinar como seria o projeto e sua execução, mas infelizmente não teve quórum.

Segundo ele, a maior dificuldade de mobilização ocorre por conta de uma descrença política generalizada no local, além do não reconhecimento de pertencimento ao local causado pela grande itinerância da população de trabalhadores. *“Existe uma ausência da Prefeitura no acompanhamento dessas ações de mobilização popular, a ‘AMDP está enfraquecida’ e, por isso, não consegue mais levar as atividades adiante. Houve um indicativo de um comerciante local solicitando banco para a Vila, e hoje já tem um posto de atendimento do Banco Bradesco no local”*.

**JM** era secretária da escola em 2009, em 2013 é diretora da Escola de Educação Infantil “Francisco Camilo”, que é uma creche anexa à escola municipal. Ela afirma que nunca soube da Agenda 21, só viu o Instituto Peabiru passando em caminhada com a comunidade.

**RR** gerente da loja Luciano Móveis, não ouviu falar nem de Instituto Peabiru e nem de Agenda 21.

**B**, proprietário da farmácia Santa Rosa, disse que entendeu a Agenda 21 como reuniões na comunidade e maior responsabilidade do Poder Público, mas só *“ficou no papel, não tem nenhuma iniciativa concreta”*. Vive há 20 anos na Vila dos Palmares e diz que todos sabem das necessidades do local, e indica o saneamento básico como

---

28 Informações sobre a empresa citada, repassadas pelo próprio ME: Irmãos Amoras Ltda – EPP, Vania Brandt (91) 92212409/37521396, [segundaviapmsb@gmail.com](mailto:segundaviapmsb@gmail.com), [www.segundavia.com.br](http://www.segundavia.com.br)

prioridade. Relata que aconteceu a distribuição de água, mas que há a necessidade de se implantar uma bomba de maior capacidade para atender a comunidade de maneira satisfatória. Outra ação que aconteceu foi a implantação do atendimento odontológico no STTR. Ressalta, ainda, que a coleta de lixo é um problema, e que existe uma constante situação de dengue entre os moradores, que ele pode perceber pela quantidade de atendimentos feitos em sua farmácia sobre essa doença. Apesar da avaliação negativa, feita pelo entrevistado, este consegue identificar as melhorias – mesmo insuficientes – ocorridas na vila nos últimos cinco anos.

**LD** é coordenadora pedagógica da Escola Estadual Eriberto Jasper, disse que em Palmares e em Tailândia não ouviu falar sobre Agenda 21, só ouviu no Mojú, onde viu uma grande mobilização e as coisas acontecendo.

**AO**, presidente da Igreja Católica, e funcionário da farmácia Santa Rosa, falou da necessidade de se estabelecer um Plano do Meio Ambiente. Ele está a dois anos vivendo no local. Afirma não conseguir nem contato e nem o apoio da Agropalma para ações relacionadas à educação, eventos esportivos etc. Porém, vê a comunidade mais fortalecida, mais atenta e mobilizada, mesmo percebendo um problema de não pertencimento da população em relação ao local que habita.

**VB** era diretora da escola estadual em 2011, antes foi diretora da Escola São Felipe. Segundo ela a Agenda 21 é um levantamento dos problemas que seriam resolvidas pelas reuniões, afirma que faltava participação da população. Ela mesma participou de duas reuniões e depois não ouviu falar mais nada. *“A população precisa de incentivo, as pessoas são desacreditadas das coisas”!* **VB** diz que até nos assuntos da escola sente a ausência e o desinteresse dos pais dos alunos, chegando ao ponto de só entregar as notas para aqueles que estão presentes nas reuniões, como uma maneira de obrigar os pais a comparecer nas reuniões escolares.

Sobre a Agenda 21, ela via muitas discussões, o prefeito da época deu mais apoio para as escolas, capacitações nas salas de aula da escola e se recorda de uma reunião com um integrante da equipe do Instituto Peabiru, onde os alunos levantaram problemas relacionados à merenda escolar; e, segundo ela, precisava ter mais pessoas capacitadas na área para se discutir o assunto, para que a solução fosse de



responsabilidade de cada um, caso contrário as reuniões poderiam se tornar em ponto negativo, culpabilizando uma pessoa ou outra que não é a responsável pelo problema.

**JO** é moradora da Vila dos Palmares há seis anos e nunca ouviu falar da Agenda 21, ela é proprietária da Sorveteria Flocos de Neve.

**MA** é Diretora de Ação Social da AMDP, está há dois anos na Associação e não se lembra de nenhuma reunião sobre a Agenda 21, porém ela consegue apontar diversos benefícios que chegaram até o local como: melhoramentos nas escolas, parada das vans, dentista, vacinação no Turiaçu, melhora das ruas, posto de saúde em construção, e a energia elétrica melhorou.

**CP** há 3 anos é presidente da AMDP, para ele a Agenda 21 é uma forma de organização e direcionamento pela busca de soluções para os problemas que são levantados. Relata a pouca participação da população, a falta de interesse, e afirma que a divulgação das ações foi boa, mas não se recorda de ver nenhum dos comerciantes locais nas reuniões, já a Agropalma e o Poder Público participaram dos eventos.

Segundo **CP**, houve diversas melhorias como o aumento de médicos no posto de saúde, bem como a construção do posto de saúde dos Palmares, melhorou a segurança local, água, um dentista foi contratado, a merenda escolar melhorou, e houve melhoria da pavimentação das ruas e do recolhimento de lixo. Indica que o problema da regularização fundiária tornou-se um impasse para que se consigam mais avanços em outras áreas.

**CP** vê a metodologia aplicada de maneira positiva, *“o problema é mesmo a pouca participação e o comodismo da população”*. Reconhece que houve muitos avanços e que não pode parar, pois *“parar seria voltar no tempo”*. A Vila conseguiu mais atenção do poder público, *“se a população não se manifestar, ninguém vem oferecer nada”*. A conversa com a Agropalma é boa, mas reconhece que poderia ter mais apoio da empresa para algumas ações e, como exemplo, fala da implantação do Infocentro, que não pôde ser realizada pela ausência de uma área própria que poderia ter sido doada pela Agropalma.

Ele afirmou que tem uma parceria com o Delegado de Tailândia e que, inclusive, havia agendado uma palestra para o dia 26 de abril de 2013, que seria realizada nas escolas, além de uma boa articulação também com a Prefeitura Municipal. Indicou a

Sra. Julia, Vice-Prefeita de Tailândia; Sr. João Medeiros, Secretário de Transportes; Sr. Leonardo, Secretário de Meio Ambiente; todos esses participaram das reuniões sobre Agenda 21 e podem ser consultados sobre o tema.

**MJ** é proprietária do Mercado Real, e para ela a Agenda 21 seria uma parceria com a comunidade para reivindicar soluções para os problemas apontados. A falta de interesse da população ocorre pela falta de conhecimento das pessoas. Afirma que a grande maioria da população é de analfabetos, o que faz com que a comunidade seja desorganizada, pois não sabe o que pode cobrar e nem de quem podem ser cobradas as melhorias.

**MJ** participou de reuniões, e sempre achou muito interessante, com representantes da empresa e do Poder Público, mas disse que houve uma piora com relação à associação (AMDP), que hoje está desarticulada. Porém, ela reconhece que melhorou a coleta de lixo, iluminação pública, afirma ainda que precisa ter mais controle de natalidade na Vila e também de mais escola no bairro do Gordo. Indicou o sr. **B** como sendo uma pessoa muito participativa, e que conseguiu o posto bancário para a Vila. Vê que é muito importante que se tenha continuidade com o projeto da Agenda 21, pois se precisa de ideias para mobilizar a população, para conseguir palestras de controle de natalidade, e assim *“a presença de alguém de fora é muito importante para mobilizar as pessoas”*, pois hoje na Vila há muitas famílias e não apenas os trabalhadores, como acontecia tempos atrás. Indicou, ainda, que sabe de um projeto da Caixa Econômica Federal para a construção de 300 casas, no Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.

**FR** é proprietária de um restaurante e tesoureira da AMDP, e relatou que aprendeu muita coisa na teoria, porque na prática não aplicou nada, pois só duas vezes tinha todos os representantes participando das reuniões. Mesmo assim, afirma que tiveram algumas coisas que foram solucionadas, como a construção do posto de saúde. No entanto, até hoje não conseguiram um lugar para sede da associação. A iluminação pública melhorou, porém, o problema do esgoto não foi resolvido. Melhorou um pouco a segurança pública, mas tem pouca participação da comunidade. Ela afirma ter se afastado da AMDP há pouco mais de um ano.

**KO** é secretário da Associação e também Pesquisador Sócio Ambiental - PSA<sup>29</sup>. Para ele a Agenda 21 tem bons resultados, pois se conseguiram muitas melhorias, e consegue juntar todos os atores: comerciantes, poder público e sociedade civil. Relata que no começo, achou que ninguém ia querer falar dos problemas. No entanto, conseguiram alguns avanços como atendimento odontológico, escola, quadra esportiva, banco, entre outros. Para ele negativo mesmo é a falta do asfalto. “*A Agenda 21 deve continuar, se manter a mobilização e continuar, funciona*”. Afirma que teve muita divulgação, mas o problema é a falta de interesse e as pessoas desacreditadas da Prefeitura, “*não queriam perder tempo nas reuniões*”. Ainda, segundo ele, a diretoria da AMDP não comparecia em algumas reuniões da Agenda 21, e isso foi uma influência negativa. “*Eles tinham que dar exemplo*”.

### **Funcionários do Instituto Peabiru**

**MB**, é colaboradora do Instituto Peabiru, afirmou que a mobilização foi feita com carro som e divulgação, e que um problema foi o primeiro questionário que se aplicou com os meninos da escola:

“O primeiro diagnóstico foi um problema, houve uma dificuldade com relação ao tempo das coletas, procurou-se ganhar tempo administrativamente, como se fosse a realização de uma simples tarefa burocrática de coleta de dados, e aí faltou mais preparo para os aplicadores dos questionários”.

Além do questionário apresentar uma demanda de flexibilidade e reajuste em algumas questões, a metodologia que foi utilizada na Vila dos Palmares foi a mesma que passou por outro processo de aplicação de Agenda 21 em Curuçá, e que se inspirava naquela utilizada pela Petrobrás, no projeto citado anteriormente, aplicado em alguns bairros de Belém (De Olho no Ambiente). Porém, essa metodologia também necessitava de alguns ajustes e de uma adaptação à realidade local.

---

<sup>29</sup> Nome adotado para os jovens pesquisadores que são formados no projeto que é aplicado na área rural, também no entorno da Agropalma e realizado pelo próprio Instituto Peabiru. Para maiores informações acesse: [www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)

**J** é diretor do Instituto Peabiru, relatou sobre a utilização do projeto da Petrobras, com a metodologia da Fundação José Pelúcio, para o primeiro projeto em Belém. Um funcionário foi para o Rio de Janeiro receber treinamento para utilizar a metodologia nos projetos. Afirmou que o primeiro diagnóstico foi geral, não só para a Agenda 21. Um dos indicadores claros apontado para a questão de cidadania e pertencimento é o fato das pessoas não votarem em Tailândia ou Mojú, nem mesmo os funcionários da Agropalma.

Para **J**, as posições da empresa avançaram depois do início da Agenda 21. Havia uma relação pouco construtiva entre a empresa e o poder público local, e isso foi se aprimorando na medida que as temáticas específicas eram tratadas com as reuniões da Agenda 21 e a responsabilidade das questões se tornava mais patente. **J** comentou que seria bastante relevante avaliar outros processos de Agenda 21 no Pará, como aquele em Rondon do Pará e outros ocorridos na mesma Mesorregião, do Nordeste Paraense, para se estabelecer uma troca de práticas e conhecimentos nas diferentes realidades que compõe o cenário local. Por fim, **J** reconhece que “a Agropalma, apesar de uma empresa com características ‘tradicionalistas’, foi a única na região e em seu setor que efetivamente apoia um projeto tão ousado, com propõe a Agenda 21 Local”.

**H** é funcionário do Instituto Peabiru e, segundo ele, a diferença das metodologias (Petrobras/Eco92) está na implantação do Fórum. Na proposta da Petrobras o Fórum é implementado no final do processo, enquanto o Fórum da Agenda 21 Local, proposto no documento da Eco 92, o Fórum é implementado desde o início; e isto para que seja uma ferramenta forte no processo de mobilização e aprendizado dos atores que se relacionarão durante as reuniões e as tomadas de decisão.

Ele também indica que as pessoas não tem o sentido de pertencimento ao lugar. Outra dificuldade foi a sequência de projetos assumidos pelo Instituto Peabiru, que não conseguiu realizar uma boa avaliação no final de cada iniciativa buscando, assim, melhorias na preparação e aplicação dos próximos projetos. **H** destaca como ponto positivo a formação e a atuação dos jovens da Vila dos Palmares, que participaram da etapa de entrevistas e arruamento da aplicação da Agenda 21 Local.

## Conclusão

De acordo com as ideias apresentadas nos documentos que tratam sobre as possíveis aplicações da Agenda 21 Local, um sistema de trabalho que segue o princípio da “espiral ascendente” parece muito interessante. De fato, esse tipo de formato de desenvolvimento do projeto oferece a possibilidade de realizar uma avaliação a cada ciclo terminado.

Tendo em vista a diversidade de participantes e, conseqüentemente, de interesses envolvidos, é bem provável que, a cada avaliação realizada, novas adaptações sejam necessárias. No caso específico da Vila dos Palmares, parece que uma mudança de atuação diante do processo de mobilização, principalmente da população, em torno do Fórum pode melhorar e aproximar outros públicos, como os comerciantes. Esta mudança também deve priorizar a integração às pautas de instituições locais, como a igreja católica e as igrejas evangélicas, bem como as escolas. Estas instituições são capazes de traçar parcerias mais duradouras, e esta parceria seria menos dependente de uma ou duas instituições de apoio, como ocorre atualmente, afinal, é muito importante que o Fórum da Agenda 21 seja capaz de agregar diferentes setores da sociedade.

Evidencia-se que a vinculação do Fórum a uma única instituição não é mesmo produtivo, uma vez que resulta em aliar os problemas institucionais desta instituição com a paralisação de atividades, que deviam ocorrer de forma independente e autônoma. Na Vila dos Palmares as atividades do Fórum foram paralisadas por conta das eleições municipais, relacionadas a interesses diversos da AMDP, que é até o momento, uma das instituições responsáveis.

Além desse problema de ordem prática – de vinculação do Fórum a uma instituição específica –, ainda há a questão de confiança que uma atividade impõe sobre a outra. Fica claro nas entrevistas que, quando a AMDP, por qualquer motivo, gera o mínimo de insatisfação ou desconfiança por parte dos moradores, e até mesmo dos associados, conseqüentemente, o Fórum também cai em desconfiança.

Esse tipo de situação deve ser, ao máximo, evitada; e deve ser corrigida, assim que se toma conhecimento do problema. Em um trabalho de intensa mobilização popular, qualquer tipo de desmotivação deve ser identificado e evitado. Caso ocorra,

precisa ser sanado imediatamente, para não se perder assim, toda uma caminhada e atividades que foram realizadas junto da comunidade.

Como previsto pela metodologia proposta nos documentos que tratam da Agenda 21 Local, o diagnóstico é a peça fundamental na montagem do quebra-cabeça que se segue, de planejamento e execução das atividades. Uma vez que o primeiro diagnóstico apresenta, de maneira clara, alguns erros de aplicação, seja na produção do questionário familiar, como no período de realização das entrevistas, parece que a ideia de realização de um novo diagnóstico, talvez menos quantitativo, e um pouco mais qualitativo, é muito importante. Além das dificuldades mencionadas no primeiro diagnóstico, quatro anos que separam o primeiro diagnóstico e o momento atual parece ser um tempo adequado para se rever ou, reencontrar, a realidade da Vila dos Palmares, algum tempo depois do começo das atividades da Agenda 21 Local e também de alguns avanços importantes na qualidade de vida da população, que é a mais interessada e também a mais afetada por projetos como esse.

Os relatórios apresentados pelo Instituto Peabiru mostram diversos momentos onde a etapa “monitoramento” acontece. Porém, a revisão e a avaliação que foi feita nessas etapas não visavam a mudança do modelo, ou das atividades propostas. Considerando-se o objetivo de manutenção do Fórum, o modelo fica mais restrito aos “problemas maiores<sup>30</sup>” como, por exemplo, para solucionar a falta de segurança pública ou, para cuidar do não atendimento odontológico para a população local. Este momento, a produção do presente artigo, é exatamente essa etapa do processo onde a avaliação deve atender as dificuldades de ordem mais estruturais, de funcionamento do próprio Fórum, ou do processo de mobilização.

A avaliação proposta deve ser inserida no projeto desde sua concepção, constando dos cronogramas ou, melhor ainda, estas seriam mais efetivas se pudessem ser realizadas de tempos em tempos ou, a cada etapa. Assim, pode-se propor mudanças e rearranjos, que trarão maior qualidade e efetividade ao trabalho desenvolvido.

O trabalho de mobilização pode ser bem melhor realizado pelos jovens e, não só por eles; mas, o fato de serem todos, ou a maioria, amigos ou conhecidos de outras

---

<sup>30</sup> Poderíamos chamar de problemas mais macrosociais.

atividades, como da escola, igreja, shows ou atividades desportivas, este deve ser entendido como um fator positivo muito importante. Isto porque a participação dos jovens nesses processos de tomada de decisão inspira e ensina, na prática, o exercício da cidadania em sua forma plena, permitindo-lhes atuar junto ao poder econômico e ao poder público, exigindo seus direitos, não apenas de dois em dois anos, “na festa da democracia<sup>31</sup>”, mas, de fato, no dia a dia; inclusive, exercendo o papel de cidadão fiscalizador da aplicação do dinheiro público, para a maior qualidade de vida da população.

O papel desempenhado pelo Instituto Peabiru, faz jus à experiência adquirida na relação com as propostas de implementação de Agendas 21 Locais com grandes empresas e grandes projetos, que sejam de interesse do Poder Público de qualquer município na região amazônica. A humildade, o reconhecimento de erros que foram cometidos, e o grande interesse em continuar em busca de soluções – que possam melhorar a relação amazônica com as empresas que aqui se instalam – são uma motivação que a equipe do Instituto Peabiru apresenta durante as entrevistas realizadas. Isto tanto em relação aos próprios funcionários e, principalmente, com os moradores da localidade, que sempre se reportam de maneira positiva e ressaltam a importância de se manter a presença e a atuação do Instituto Peabiru à frente dos projetos proposto para a região do entorno da empresa Agropalma.

A Agropalma apresenta uma boa participação no processo e, até mesmo, na viabilização do estabelecimento de uma Agenda 21 Local. Sua atuação em busca do empoderamento das populações, diante de seus direitos frente ao poder público local, deve ser destacada.

Com relação a uma suposta maioria masculina em suas atividades, o que seria promotor de maior violência ou problemas de convivência entre os moradores locais, a Agropalma poderia criar um sistema de paridade de gênero em suas contratações, pelo menos em alguns setores, buscando assim amenizar um desequilíbrio muito grande na

---

<sup>31</sup> A expressão, “festa da democracia”, é referenciada às eleições, que no Brasil acontecem de dois em dois anos, alternando entre eleições municipais e federais/estaduais. É amplamente divulgada na mídia e nos programas políticos que são apresentados nas redes de TV. Essa relação representativa e não participativa no sistema político eleitoral brasileiro afasta a população de seus direitos e de seus deveres, principalmente na responsabilidade de fiscalizar e denunciar o mau uso do bem público, bem como da não aplicação de verbas nos projetos que visam a melhoria de vida da população.

quantidade de homens em relações às mulheres. Provavelmente, essa atitude também ajudaria bastante no sentimento de pertença que, por tantas vezes, é citado como uma dificuldade no interesse e na mobilização dos moradores da Vila, pois, certamente, promovesse um número maior de famílias – e não de homens sozinhos – se mudando para se estabelecer em Palmares e em outras vilas próximas que também sofrem as mesmas consequências.

A Agenda 21 Local da Vila dos Palmares parece ter passado por muitas situações adversas, e também pode contabilizar diversas conquistas. Mesmo com tanta dificuldade encontrada por todos, relacionados com as atividades referentes à Agenda 21, ou ao Fórum propriamente dito e, até mesmo, diante de tantas necessidades que ainda aguardam serem sanadas diante da população local, uma coisa fica bastante clara: todos tem interesse que o processo participativo continue. Esperam que as atividades de empoderamento da cidadania permaneçam acontecendo, e que o acesso a seus direitos estejam postos diante do mercado e do poder público.

Os comerciantes locais e os moradores, quando devidamente informados das conquistas que a Agenda 21 na Vila dos Palmares trouxe, primeiro tem uma reação de espanto, causada por não se darem conta que as mudanças e melhorias que chegaram na localidade são consequência de suas poucas atuações em reuniões realizadas ali mesmo. E, depois, quase que naturalmente, afirmam que se, com essa pouca atuação e difícil mobilização de todos, alcançou-se tanto, param e imaginam o que poderiam conseguir se realmente tivessem se empenhado e compreendido, desde o começo, o seu papel e a importância de sua participação em todas as atividades e reuniões diante da empresa e do poder público local.

Mesmo diante dos ajustes metodológicos e os contratos que cada caso vai oferecer em especial, essa ferramenta denominada Agenda 21 Local, mostra-se com um imenso potencial de mobilização e aplicação para o fortalecimento da cidadania. A Agenda 21 se aproxima de um ideal mais participativo diante das necessidades de um grupo social, de seus direitos e de suas responsabilidades, diante de uma comunidade local, que compõe um quadro bem maior, no contexto do município, do estado, do país e do mundo.



Rua Ó de Almeida 1083  
Reduto Belém Pará  
66053-1900 Brasil  
F 55 91 3222 6000  
[peabiru@peabiru.org.br](mailto:peabiru@peabiru.org.br)  
[www.peabiru.org.br](http://www.peabiru.org.br)



## Referências Bibliográficas

\_\_\_\_\_ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução. JP! 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: **a Agenda 21** - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

MONTEIRO, A.; POMPEU, A.; BEZERRIL, G.; ALMEIDA, M.; ARNS, P.; PARENTE, S. – Parte 1: Orientações metodológicas para construção e avaliação da Agenda 21 Local, In: KÜSTER, A.; HERMANN, K.; ARNS, P. (Org.) “**Agenda 21 local: orientações metodológicas para construção e avaliação**”. Fundação Konrad-Adenauer, Fortaleza, 2004.

**Vieira, A.C.; Meirelles, J.; Gonzales, M.J.B.; Fernandes, T. Relatórios Ano I, II, III e IV, 1º e 2º Trimestre.** Instituto Peabiru, Belém.

SÁ, H. & MEIRELLES FILHO, J. – **Casa da Virada - Uma experiência de intervenção socioambiental no Salgado Paraense/Agenda 21 Local – Experiências do Instituto Peabiru.** Instituto Peabiru e Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 2009.